



Juventudes e(m) movimentos ambientalistas: militâncias e ativismos para adiar o fim do mundo

Matheus Sampaio Favrat dos Santos¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2363-6947>

Maria Jacqueline Girão Soares de Lima²

Universidade Federal do Rio de Janeiro

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4419-3468>

Resumo: A presente investigação busca compreender as diversas formas de inserção de jovens em movimentos socioambientais, articulando referenciais da educação ambiental crítica, da juventude e dos movimentos sociais. Para tanto, utilizamos um questionário digital, no qual traçamos um perfil societário de 13 jovens que declararam ter participação em grupos ou projetos ambientalistas. A variedade de espaços de atuação - desde ONGs até escolas e universidades, passando por movimentos sociais distintos - sugere uma pluralidade de entendimentos sobre militância política. Concluímos que os movimentos ambientalistas, por reunirem juventudes e setores da classe trabalhadora com objetivo de transformação social, se constituem, também, em espaços formadores e fazedores de educação ambiental. Outra contribuição relevante da pesquisa é identificar a centralidade de escolas e universidades na militância ambientalista das juventudes.

Palavras-chave: juventudes, ambientalismo, participação política.

Movimientos juveniles y ambientales: militismos y activismos para retrasar el fin del mundo

¹ Licenciado em Ciências Biológicas pela UFRJ. Bolsista de Iniciação Científica do Projeto de Pesquisa e Extensão Educação Ambiental para Professores da Educação Básica (EAPEB/UFRJ) de 2018 a 2022. Desenvolve pesquisas sobre Educação Ambiental, Juventudes e Movimentos Sociais.

E-mail: matheusfavrat@gmail.com

² Professora da Faculdade de Educação da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Doutora em Educação pela UFRJ com estágio pós-doutoral no PROPED/UERJ. Atua na formação de professores/as de Ciências e Biologia e desenvolve pesquisas sobre Educação Ambiental, Ecosocialismo e Juventudes. E-mail: giraojac@gmail.com

Resumen: La presente investigación busca comprender las diferentes formas de inserción de los jóvenes en los movimientos socioambientales, articulando referentes de educación ambiental crítica, juventud y movimientos sociales. Para ello, utilizamos un cuestionario digital, en el que elaboramos un perfil corporativo de 13 jóvenes que declararon participar en grupos o proyectos ecologistas. La variedad de espacios de acción -desde ONG hasta escuelas y universidades, pasando por diferentes movimientos sociales- sugiere una pluralidad de entendimientos sobre la militancia política. Concluimos que los movimientos ambientalistas, al agrupar a jóvenes y sectores de la clase trabajadora con el objetivo de la transformación social, se constituyen también en espacios de formación y educación ambiental. Otro aporte de la investigación es identificar la centralidad de las escuelas y universidades en la militancia ambiental de los jóvenes.

Palabras-clave: juventud, ambientalismo, participación política.

Youth and environmental movements: militaries and activisms to delay the end of the world

Abstract: The present investigation seeks to understand the different forms of insertion of youth in socio-environmental movements, articulating references of critical environmental education, youth and social movements. We used a digital questionnaire, in which we drew up a corporate profile of 13 young people who declared having participated in environmentalist groups or projects. The variety of spaces for action - from NGOs to schools and universities, passing through different social movements - suggests a plurality of understandings about political militancy. We conclude that the environmentalist movements, by bringing together youths and sectors of the working class with the objective of social transformation, are also constituted in spaces that train and do environmental education. Another contribution of the research is to identify the centrality of schools and universities in the environmental militancy of youths.

Keywords: youth, environmentalism, political participation.

Introdução

No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade.

Chico Mendes (1944-1988), seringueiro, sindicalista e ambientalista brasileiro.

Desde a viagem, na década de 1970, de ativistas, jornalistas, hippies e ecologistas - que partiram do Canadá a bordo do velho barco Greenpeace para impedir os testes nucleares no Alaska - ao movimento internacional Greve Global pelo Clima (originalmente *Fridays For Future* em inglês), que teve início em 2018, a participação de pessoas jovens nas mobilizações pelo meio ambiente tem se mostrado fundamental para gerar visibilidade a respeito das problemáticas socioambientais e, conseqüentemente, construir alternativas. O mais recente relatório do IPCC³ aponta que estamos vivendo uma década decisiva e temos até 2030 para

³ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é o órgão das Nações Unidas que conta com o trabalho de cientistas que se dedicam ao estudo das mudanças climáticas e à elaboração dos possíveis cenários globais socioambientais decorrentes das ações antrópicas. Fonte: <https://www.ipcc.ch/>

reduzir drasticamente as emissões de gases que provocam o aquecimento global, a fim de evitar eventos irreversíveis decorrentes do aumento da temperatura global. Coube a esta geração de jovens a tarefa de “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019).

A presente investigação busca compreender e problematizar as diversas formas de relações e inserções das juventudes com os movimentos socioambientais, articulando referenciais da educação ambiental crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014; TREIN, 2012 e outros), das juventudes (DAYRELL, 2003; PAIS, 2003; SCHWERTNER; FISCHER, 2012, SPOSITO, 2000 e outros) e dos movimentos sociais e participação política (GOUVEIA; NAVES; FERNANDES, 2022; MESQUITA, 2017; PELOSO, 2009; VEIGA-NETO, 2012 e outros). É sabido que o campo de estudos sobre juventude é diverso e que o conceito de “juventude” está em constante disputa. Não nos ocuparemos, neste momento, em definir o que é ser jovem no Brasil, mas partimos das contribuições de autores como Dayrell (2003) e Pais (2003) que, devido aos múltiplos fatores que caracterizam o grupo etário, social e biopsicológico da juventude, optam pelo termo “juventudes”, que ressalta o caráter plural e multifacetado da constituição das identidades juvenis.

Historicamente, os movimentos sociais têm papel fundamental na organização dos povos para reivindicações sobre direitos humanos e direitos da natureza, sendo um espaço atrativo para parcelas das juventudes. No Brasil houve “uma ampliação significativa das discussões sobre meio ambiente, tema que foi sendo integrado às bandeiras de luta dos movimentos populares” (TREIN, 2012, p. 312). Aqui tomamos como definição o conceito de Alberto Melucci, para quem um movimento social é “uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa” (MELUCCI, 1991, p. 20, *apud* SPOSITO, 2000, p. 76).

Nas últimas décadas vemos um protagonismo das juventudes na conjuntura política brasileira, desde as jornadas de lutas por mais verbas para a educação e cultura, ampliação de políticas sociais, por direito à cidade e contra os megaeventos - Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016) que provocaram remoções de moradias e danos ao meio ambiente - como também nas lutas por justiça socioambiental construindo a Greve Global pelo Clima e diversas ações organizadas por coletivos ecológicos locais. As juventudes e os movimentos negros,

feministas, estudantis e sindicais foram linha de frente na resistência popular contra o golpe de 2016 que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República e deu início a um processo neoliberal de privatizações e retirada de direitos com Michel Temer, intensificado pelo governo de Jair Bolsonaro. Esses e muitos outros episódios recentes ilustram que “as ruas do país têm convivido com a presença da juventude que, somando com as demais parcelas da sociedade, lutam na defesa de um projeto de Brasil soberano, democrático, inclusivo e republicano” (GOUVEIA; NAVES; FERNANDES, 2022, p. 99).

Desde 2014, nosso coletivo de pesquisa e extensão⁴ se dedica a investigar as relações entre juventudes, consumo e educação escolar. Nosso interesse na temática surgiu a partir de atividades de extensão realizadas com docentes de escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, nas quais observamos uma forte presença de discursos que atribuem às identidades juvenis características como consumistas, individualistas, alienados e outras adjetivações igualmente pejorativas, que tentam minimizar “a responsabilidade da comunidade escolar de enfrentar essas e outras questões que atravessam de diversas formas as juventudes e geram conflitos entre docentes e discentes” (BORBA; SANTOS; LIMA, 2021).

Há, no entanto, estudos que problematizam a visão conservadora e unilateral de que juventude é sinônimo de rebeldia, alienação e irresponsabilidade, levantando um questionamento sobre as características comumente atribuídas às pessoas jovens (DAYRELL, 2007; SCHWERTNER & FISCHER, 2012). Associado a isso, circula no senso comum a ideia de que os e as jovens não se interessam por política, afirmativa despolitizante que, para os pesquisadores Hélio Cristo e Marco Barzano:

Trata-se de uma falácia, visto que a história dos movimentos sociais nas mais diferentes modalidades de participação e engajamento - especialmente na realidade brasileira - é fortemente marcada pela participação ativa da juventude, de onde provém grande parte das conquistas no campo social, político e cultural, principalmente a partir da década de 1960. (CRISTO; BARZANO, 2019, p. 1254)

Concordamos com os autores sobre a ideia de política ser ampliada “para o sentido da participação, atuação, tomada de decisões e socialização juvenil, na qualidade de processo

⁴ Educação Ambiental com professores da Escola Básica: perspectivas teóricas e práticas (<https://linktr.ee/EAPEB>), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

formativo que dá sentido e significado aos percursos de jovens militantes e engajados” (CRISTO; BARZANO, 2019, p. 1254). Por sua vez, a pesquisadora Marília Sposito sugere que o interesse juvenil pela atuação política pode vir da “possibilidade de ir além da denúncia, da crítica, privilegiando o agir, como se a mera denúncia ou a crítica não dessem conta da aspiração de ser ator na sociedade” (SPOSITO, 2000, p. 86-87), ou, ainda, que o engajamento social “resgata o presente como momento fundamental capaz de articular projetos e utopias de novas relações” (SPOSITO, 2000, p. 87), trazendo uma dimensão simbólica de disputa de futuro.

Dando continuidade aos estudos desenvolvidos até então, buscamos traçar um perfil societário - a partir de dados como idade, renda *per capita*, território, cor e gênero - de pessoas jovens que participam de movimentos sociais ambientalistas, guiados por questionamentos como: qual a percepção das e dos jovens atuantes em mobilizações da sociedade civil sobre meio ambiente, juventude, ativismo e militância? Qual o seu vínculo com grupos, coletivos ou associações ligadas às lutas ambientais? Como as questões ambientais onde estão imersos dialogam com suas histórias de vida, sua formação escolar/universitária e sua atuação na sociedade?

Metodologia: em busca das juventudes

Visando alcançar o maior número de participantes e de diversos lugares do Brasil, optamos por elaborar um questionário hospedado na plataforma Google Formulários. A construção do questionário foi realizada pelos autores deste trabalho entre outubro e novembro de 2020 e a versão preliminar foi submetida a um teste com os demais membros do grupo de pesquisa e extensão. Suas sugestões sobre a redação das questões e de possibilidades de respostas foram incorporadas à versão final do questionário, que é organizado em três seções: (1) perfil socioeconômico e formação acadêmica; (2) movimentos e projetos socioambientais; (3) relações formação-militância.

Entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, o formulário foi amplamente divulgado por meio de mensagens compartilhadas por aplicativo de mensagens instantâneas e via publicações realizadas pelo perfil do grupo em redes sociais. O mesmo contou com preenchimento voluntário de pessoas que se identificaram como sendo parte do público-alvo

da pesquisa: jovens que atuam em movimentos sociais, coletivos territoriais e de juventudes, projetos de pesquisa e extensão ou Organizações Não Governamentais (ONGs) relacionadas à temática socioambiental. Ao todo foram 28 respostas de pessoas de 15 municípios do Brasil: Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ); São Gonçalo (RJ), Macaé (RJ), Magé (RJ), Maricá (RJ), Cabo Frio (RJ), Rio Bonito (RJ), São Paulo (SP), Itanhaém (SP), Passa Quatro (MG), Maceió (AL), Recife (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE) e Canaã dos Carajás (PA).

Acreditamos que a concentração de respostas no estado do Rio de Janeiro se dá pela limitação do método adotado, com relação à amostragem de participantes não randomizada, uma vez que, mesmo que as redes sociais sejam abertas ao público, a divulgação do formulário foi realizada a partir de nossas redes de contatos pessoais, que, em sua maioria, estão localizadas no estado fluminense. Mesmo assim, houve participação de pessoas de outros cinco estados brasileiros, o que gera uma diversidade de pertencimentos e identificações. Não temos com isso a pretensão de ter alcançado uma amostra representativa de toda a juventude ambientalista brasileira, mas sim de possibilidades de experiências múltiplas narradas. A escolha do método se deu também por conta do contexto de isolamento social devido à pandemia da Covid-19. Os dados produzidos no questionário foram organizados e agrupados em categorias de análises por meio de gráficos e tabelas do Google Formulários e Excel.

A segunda etapa da nossa investigação sobre juventudes nos movimentos ambientalistas consiste na realização de entrevistas do tipo narrativas (GOODSON, 2015; GOODSON; ROSA, 2020) com alguns dos jovens que participaram da primeira etapa sobre sua inserção nos movimentos e grupos ambientalistas. Optamos por apresentar, neste artigo, apenas os dados produzidos a partir dos formulários, uma vez que a riqueza e o quantitativo de respostas recebidas já permitem algumas inferências a respeito do tema que investigamos.

Delineando um perfil etário de nossos/as jovens ambientalistas

Mesmo com a divulgação explicitamente focada em juventudes, participaram desta etapa da pesquisa pessoas com idades entre 17 e 65 anos. Tendo em vista o objetivo preestabelecido de investigar as juventudes, adotamos como critério o Estatuto da Juventude, Lei Federal que dispõe sobre os direitos das pessoas jovens para o qual “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL,

2013). Conforme apontamos anteriormente, “juventude” é um conceito em disputa, ainda mais no Brasil, onde boa parte de nossos/as jovens se veem impelidos cada vez mais cedo a abrir mão de sua infância e adolescência para trabalhar e ajudar no sustento de sua família. No caso das mulheres jovens a situação ainda se complica mais, devido aos altos índices de gravidez na adolescência e início da juventude. Muitas jovens precisam deixar a escola para se dedicar ao cuidado de seus filhos e filhas.

Não foi nosso objetivo fixar um critério etário para limitar as juventudes, mas entendemos que necessitamos de um recorte, a fim de categorizar os dados produzidos. Para a presente análise, consideramos as respostas dos 22 participantes que na época em que preencheram o formulário estavam com idade inferior ou igual a 29 anos, o que corresponde a aproximadamente 78% do total de respondentes. A composição etária pode ser vista no quadro 1, no qual percebe-se uma concentração maior de respondentes entre 22 e 29 anos de idade, demonstrando que nossa amostra se concentra em uma juventude com idade um pouco mais avançada (jovens adultos).

Quadro 1 - Composição etária dos respondentes

Idade	Respostas	Porcentagem
17	1	3,57%
19	1	3,57%
22	3	10,71%
23	3	10,71%
24	7	25%
25	2	7,14%
27	2	7,14%
29	3	10,71%
38	2	7,14%
41	1	3,57%
55	1	3,57%

64	1	3,57%
65	1	3,57%

Fonte: Autores

Ativistas ou Militantes? Identificação e engajamento nos movimentos ambientalistas

Consideramos que há uma diversidade de formas de atuação, não só na pauta ambiental, mas nas causas sociais como um todo no Brasil. Dentre as opções de relação com a pauta socioambiental na sociedade civil, consideramos as categorias: (1) militantes; (2) ativistas e (3) aqueles que no momento não mantêm um vínculo com a causa socioambiental. As categorias “militantes” e “ativistas” não são estanques, podendo acontecer que as pessoas se desloquem de uma para a outra ao longo do tempo em que estão envolvidas com as questões e movimentos sociais. De acordo com Veiga-Neto (2012), as categorias militância e ativismo são, ambas, “da ordem do agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem” (VEIGA-NETO, 2012, p. 273).

Entendemos por militantes aquelas pessoas que têm um vínculo perene e ativo com uma coletividade, movimento, grupo, partido ou outras formas de organização política, baseados na camaradagem, e buscam intervir na sociedade de maneira coesa. “O desafio da militância é potencializar o movimento popular para que tenha a energia de construir uma nova proposta com base intelectual, moral e política” (PELOSO, 2009, p. 75), tendo como horizonte a transformação radical da sociedade.

Por ativistas, consideramos aquelas pessoas que participam de ações de voluntariados e campanhas pontuais que se fundam em uma maior liberdade (VEIGA-NETO, 2012), podendo estar relacionadas a ONGs ou a outras campanhas da sociedade civil, embora não necessariamente estejam vinculadas a nenhum grupo ou coletivo político. Ou seja, enquanto a militância é necessariamente coletiva, o ativismo tem, por vezes, caráter individual (VEIGA-NETO, 2012). Essa constatação se manifesta nas respostas dos participantes, uma vez que os que se autodeclararam como militantes narraram que estão inseridos em grupos, enquanto os ativistas, ou não mencionaram nenhuma vinculação atual ou o único vínculo regular com a pauta se dá por meio de pesquisa e/ou extensão universitária, apesar

de haver menção à identificação com veganismo e ações pontuais, como participação em campanhas de solidariedade.

Dentre os 22 participantes jovens de até 29 anos de idade que optaram por uma das três categorias (militantes, ativistas ou sem vínculo), quanto à sua atuação nas pautas socioambientais, a maioria se declarou como militante, como demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 - Tipo de atuação nos movimentos socioambientais

Categorias	Respostas	Porcentagem
Militantes	13	59%
Ativistas	4	18%
Sem envolvimento	5	23%

Fonte: Autores

Com interesse na investigação prioritária dos movimentos sociais organizados, optamos por focalizar o grupo de militantes, levando em conta um maior vínculo estabelecido entre esses e essas jovens e seus espaços de atuação. Portanto, a partir daqui nossa análise se limita ao grupo de 13 pessoas jovens que se autodeclararam militantes.

Quem são os e as jovens militantes de movimentos ambientalistas?

A maioria das pessoas dentro deste perfil etário que respondeu ao questionário é de mulheres cisgêneras⁵ (53%), pessoas negras (53%, somados os grupos que se autodeclararam pretos e pardos), possuem renda familiar *per capita* de até 3 salários mínimos (68%) e consideram que moram em um território de vulnerabilidade socioambiental (69%). Em sua totalidade são estudantes do ensino superior, enquanto metade delas concilia essa ocupação com um emprego. Dentre os cursos de graduação em andamento ou concluídos estão as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Educação do Campo e Física; os Bacharelados em

⁵ A cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento, em oposição às pessoas trans, cuja identidade de gênero diverge do que lhe foi atribuído no nascimento.

Ciências Ambientais, Artes Visuais, Produção Cultural e Engenharia da Computação. Há também pessoas cursando Pós-Graduação nas áreas de Educação e Ciências Biológicas.

Pelos relatos, o envolvimento com as causas sociais aconteceu (ou se aprofundou) no período de adolescência/juventude, geralmente relacionado ao espaço da escola ou universidade. Esse dado aponta para a importância dos movimentos estudantis e a centralidade que ocupam no ingresso de frações das juventudes aos movimentos sociais, sendo muitas vezes o primeiro contato com organizações políticas que muitos jovens têm, a partir de grêmios estudantis, centros e diretórios acadêmicos, executivas de cursos e outras formas de coletivos estudantis. Gouveia, Naves e Fernandes afirmam que a luta pela educação sempre foi uma luta popular que teve e tem papel central nas lutas sociais: “a história das lutas políticas do movimento estudantil, é importante ressaltar, sempre foi, necessariamente, conectada com as lutas gerais da classe trabalhadora brasileira e mundial” (GOUVEIA; NAVES; FERNANDES, 2022, p. 89).

Junior e Teixeira (2021) investigaram a atuação social e política de jovens lideranças de movimentos sociais atuantes nas discussões sobre mudanças climáticas no Brasil - temática que, segundo estes e outros autores, tem atraído a atenção de militantes jovens. Os autores perceberam uma “estreita relação que os movimentos sociais de cunho ambiental possuem com o movimento estudantil e, principalmente, o movimento estudantil universitário” (JUNIOR; TEIXEIRA, 2021, p. 9), assim como com vivências familiares. A pesquisa concluiu, ainda, que a proximidade dos movimentos sociais ambientais com a universidade se dá, também, por meio da inserção em cursos de graduação e pós-graduação que possuem o meio ambiente como tema central ou transversal. Outra forma desse contato se dá por meio de palestras, projetos de pesquisa, extensão etc.

Em relação à pergunta sobre a influência da escola ou universidade na sua formação enquanto sujeito militante, 69% de nossa amostra do formulário respondeu positivamente, enquanto 31% entende que não houve essa influência por parte dos espaços de educação formal. Destacamos algumas respostas dos participantes a essa pergunta:

Sim! Antes da faculdade/extensão, eu nunca tinha tido contato com o campo da educação ambiental e pensado de forma crítica nas questões socioambientais (G. M., 27 anos, EAPEB/UFRJ)

Sim. A universidade me influenciou positivamente a enxergar como a produção acadêmica pode muitas vezes ser uma ponte de troca de ações e conhecimento entre a população e os pesquisadores, sejam estes ativistas ou não dentro das causas ambientais. (M. B., 22 anos, GEASUR/UNIRIO)

Sem dúvida. Minha atuação enfática em pautas socioambientais começou com a participação em um projeto (Elos de Cidadania - UERJ) que foi introduzido na minha escola de Ensino Médio (CIEP 435 Hélio Pellegrino). Esse despertar foi fundamental para que eu pudesse entender a minha contribuição na temática, na influência social e na mudança das realidades. (G. S., 23 anos, ONG Defensores do Planeta)

Sim. Já me interessava pelo assunto na época da escola, mas só a partir da Universidade conheci pessoas com bagagens distintas com quem realmente me identifiquei e resolvi me juntar a elas e participar ativamente do planejamento, execução e celebração das atividades que organizamos. Vi que a movimentação agroecológica trazia o que eu buscava há um tempo: um ambiente autogestionado, com hierarquia horizontal, funcionando na metodologia do mutirão. Além disso, penso que esta ciência se associa ao modo como os povos nativos desta terra buscam viver, uma lógica abundante e de respeito a toda a sabedoria ancestral da natureza. (L. M., 23 anos, Rede de Agroecologia da UFRJ)

Dentre as respostas negativas, uma em especial, da depoente Helena, chamou nossa atenção pela justificativa apresentada (as demais responderam apenas “não”), que localiza esse envolvimento a partir de questões relativas a seu território:

Não, a luta veio dos afetamentos de onde moro. (W. A., 24 anos, Coletivo Martha Trindade)

Buscando estabelecer paralelo entre a atuação na sociedade civil e a atuação acadêmica, também foi perguntado se as lutas se refletiam nas suas pesquisas científicas ou Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Dos respondentes, 61% afirmam que o tema que estudam/pesquisam na universidade se relaciona de alguma forma com a causa ambiental e suas lutas, enquanto aproximadamente 39% afirmam que não há essa relação. As respostas foram sintetizadas nas seguintes temáticas:

- a) Disciplinarização da educação ambiental no Brasil;
- b) Construção do território agroecológico por meio de narrativas femininas das suas histórias de vida;
- c) Escola, educação ambiental e ontologia do povo Guarani;
- d) Ativismo LGBT dentro dos movimentos socioambientais;

- e) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Biodiversidade na Zona Oeste do Rio de Janeiro;
- f) Cooperação internacional para o desenvolvimento em matéria ambiental;
- g) Abordagem socioambiental ao fazer artístico contemporâneo;
- h) Educação ambiental pela confecção de sabão ecológico.

Os relatos sugerem a influência da educação formal no envolvimento das juventudes com as causas ambientais, apontando também para a importância de os espaços acadêmicos serem receptivos a propostas de temas e metodologias advindas das lutas populares e ambientais, em um processo contínuo de colaboração, ação e reflexão entre movimentos sociais, escolas e universidades.

Também foi pedido que as e os participantes compartilhassem o seu entendimento sobre as ditas “questões socioambientais”. Nesta pergunta, respondida livremente de forma discursiva no formulário, foram apresentadas visões globais numa perspectiva político-econômica como, também, particularidades locais do território e/ou movimento em que estão inseridos. Dialogando com a pesquisa de Marcos Mesquita com jovens maceioenses, atribuímos esse resultado ao entendimento de que, para os e as jovens que estão envolvidos nestes movimentos sociais ambientalistas, “falar sobre a política é falar de suas vidas, suas histórias, das escolhas que fizeram, de um novo olhar sobre as relações familiares, afetivas, de gênero que foram transformadas a partir de uma perspectiva crítica que ela mesma possibilitou” (MESQUITA, 2017, p. 53).

Assim, surgiram respostas relacionadas ao Bem Viver⁶, direito à cidade, agroecologia e agricultura urbana, biodiversidade, diversidade cultural, bem como consumo, pobreza e desigualdade, impactos ambientais, recursos hídricos e saneamento, dentre outras, apontando para a polissemia do termo e ao mesmo tempo para uma ampla variedade de temáticas relacionadas ao ambiente e às vivências individuais dos sujeitos. Selecionamos algumas contribuições dos participantes:

⁶ Bem Viver é uma cosmovisão ancestral compartilhada por diversos povos originários que se organizam a partir do coletivo. São ideias, valores e modo de vida que têm seu berço em comunidades andinas e estão na contramão da lógica desenvolvimentista que enxerga a natureza como fonte de recurso a ser explorada. O Bem Viver fundamenta uma prática política de superação das opressões e explorações, que é reivindicada por movimentos sociais e fonte de pesquisa, tendo visibilidade internacional como alternativa ao capitalismo.

As questões socioambientais nas quais faço militância se referem à vida e bem viver dos agricultores familiares do município e do estado do rio de janeiro, mas específico na região metropolitana do rio de janeiro, lugar onde moro. (L. S., 25 anos, Rede carioca de agricultura Urbana)

Questões socioambientais estão associadas ao sistema econômico que vivemos e como isso afeta as relações com o ambiente e pessoais, que não se dissociam. São questões que estão sempre associadas ao capitalismo e como ele afeta de diferentes formas os indivíduos e o ambiente. (G. M., 27 anos, EAPEB/UFRJ)

Acredito que são questões ligadas diretamente à possibilidade de existência material e simbólica da vida no planeta Terra. Dizem respeito às pessoas, em todas as suas infindas diversidades culturais e sociais, mas também aos outros seres vivos e não-vivos, que muitas vezes são esquecidos devido a uma ótica antropocêntrica. As questões socioambientais afetam a todos nós, mesmo que de formas às vezes completamente desiguais e injustas. (D. G., 29 anos, Escola)

Entendo ser um espaço que deve ganhar as discussões da sociedade para reparo e propostas alternativas de menos impactos ambientais no meio ambiente (G. S., 23 anos, ONG Defensores do Planeta)

É notório que os e as jovens militantes compartilham um desejo de justiça social e ambiental e o entendimento não só da necessidade, como da urgência de se construir um outro projeto de sociedade que tenha como centralidade a justiça ambiental, racial e climática. Esse desejo provém da estrutura socioeconômica vigente que explora natureza e trabalho humano, concentrando riquezas e aprofundando desigualdades.

A percepção de injustiça e desigualdade faz os jovens tomarem posição, se organizarem no sentido de combater e resistir àquilo que segrega, diminui e exclui as pessoas. A participação política se coloca aqui não apenas como um ideal, mas como uma exigência ética desses jovens que já não conseguem conviver com o preconceito, a forte estratificação social e a negação de direitos (MESQUITA *et al.*, 2016, p. 293)

Movimentos em movimento

O pesquisador Marcos Ribeiro Mesquita defende que “é através da participação, das ações coletivas e de protesto, dos processos de luta e reivindicação, das escolhas de representantes, ou seja, do espaço da política, que podemos sonhar e construir mudanças sociais significativas” (MESQUITA, 2017, p. 54). Os movimentos, grupos e organizações em que as e os jovens militantes informaram que estão inseridos são:

a) Articulações e Redes: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU); Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA); Rede de Agroecologia da UFRJ (RAU); Rede Olhares da Juventude; Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - RJ;

b) Movimentos e Coletivos ambientais e sociais: Agrofloresta Govz ao Pé da Letras; Coletivo Martha Trindade; União Coletiva pela Zona Oeste; ECOarentena; RUA - Juventude Anticapitalista; Coletivo Pecado Limpo e SOS Praia do Pecado;

c) Grupos de pesquisa e extensão universitária: Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (Geasur/Unirio); Educação Ambiental com professores da Escola Básica (EAPEB/UFRJ); Grupo de Pesquisa em Arte (GAE);

d) ONGs e Institutos: ONG Defensores do Planeta; ONG Água Doce; Associação Raízes; Núcleo de Educação Ambiental da Bacia de Campos; Instituto de Formação Humana e Educação Popular (IFHEP)

e) Comitê de Educação Ambiental do Município Canaã dos Carajás;

f) Escola pública em Maricá (RJ).

Pelos nomes listados, é perceptível a diversidade de formas e conteúdo de organização política neste meio. Perguntamos como os e as jovens classificavam seus movimentos. Houve muitas combinações dentre as categorias propostas, uma vez que exclusivamente nesta pergunta havia a possibilidade de selecionar mais de uma alternativa por resposta no formulário, além de poder acrescentar uma categoria, se necessário. Esse foi o caso das categorias “grupo de trabalho de um comitê” e “escola”, que não estavam na proposta inicial e foram acrescentadas por participantes. Esta última, por um professor de Niterói (RJ) que justificou sua escolha da seguinte forma:

Acredito que minha maior atuação como militante de causas socioambientais nesse momento da minha vida é como professor da rede pública e privada, pois minha prática político-pedagógica está imbricada com tais lutas (D. G., 29 anos, Escola).

O grupo de trabalho, por sua vez, é o Comitê de Educação Ambiental do Município de Canaã dos Carajás. O quadro 3 apresenta a frequência, em ordem decrescente, da aparição das categorias.

Quadro 3 - Categorias dos movimentos ambientalistas, segundo os participantes

Categoria	Respostas
Movimento social de juventudes	5
Movimento social amplo/misto	5
Organização Não Governamental (ONG)	5
Projeto de pesquisa	4
Projeto de extensão	3
Projeto de educação ambiental	1
Movimento ambientalista estrito	1
Coletivo de movimento estudantil	1
Grupo de Trabalho de um Comitê	1
Escola	1

Fonte: Autores

Vale lembrar que este grupo de participantes se declarou como militante e a variedade de espaços de atuação, que vai desde ONGs até espaços de educação formal, passando por movimentos sociais distintos, sugere uma pluralidade de entendimentos e identificações sobre o que vem a ser a militância política.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, é importante que haja diversos - mas não dispersos - métodos de engajamento nas lutas, levando em conta as subjetividades e objetivos distintos. Cada pessoa “pode se comportar ora mais como um militante, ora mais como um ativista, dependendo das estratégias que queira ou precise adotar em razão de seus propósitos políticos” (VEIGA-NETO, 2012, p. 274). Desta forma, as mobilizações em defesa dos direitos humanos e dos direitos da natureza podem assumir, por vezes, um caráter mais institucional ou acadêmico, por outras um caráter de militância popular ou partidária, ou ainda uma atuação com maior liberdade organizacional.

Considerações até aqui

La defensa de la tierra como fuente de producción de vida y la garantía de su preservación implica comprender que la lucha de clases adquiere nuevas

dimensiones en la fase actual del capitalismo y que la implementación de un nuevo paradigma de producción es urgente y presupone organización social, sostenibilidad. Y la expansión de los movimientos sociales, así como la defensa de la democracia para garantizar la gestión pública de los recursos naturales (SCHLESENER; SOUZA; ROSA, 2019, p. 110-111).

A América Latina é considerada a região do mundo mais perigosa para ambientalistas e defensores/as dos direitos humanos (ECHART MUÑOZ; VILLARREAL VILLAMAR, 2018). Segundo a organização não governamental britânica Global Witness, em 2017 o Brasil era o líder de assassinatos na região (GLOBAL WITNESS, 2018) e em 2020 só ficou atrás de Colômbia e México (GLOBAL WITNESS, 2021). A luta ambiental está intimamente associada a questões de gênero, raça, território e classe social. Como aponta a cartilha Pacha: Defendendo a Terra (2018), “a violência e os assassinatos das lideranças sociais e defensoras/es do meio ambiente na América Latina e Caribe é resultado das disputas pela terra e os recursos e, em termos mais gerais, pelo modelo de desenvolvimento” (ECHART MUÑOZ; VILLARREAL VILLAMAR, 2018, p. 2). Na linha de frente da defesa dos direitos da natureza estão os povos indígenas e quilombolas, as pessoas camponesas (em sua maioria mulheres), os movimentos sociais, pastorais, sindicatos, redes de atingidos, ONGs e outras organizações ambientalistas.

No Brasil, as juventudes têm sido fundamentais na resistência “ao projeto de sociedade excludente em vigor que vem sustentando o ultraliberalismo na economia, o conservadorismo dos costumes e a individualização de fracassos e sucessos sem considerar que tais fenômenos são resultados de relações sociais” (GOUVEIA; NAVES; FERNANDES, 2022, p. 99). Nesse cenário de urgências, entendemos como fundamental a “tessitura de compromisso ético-político-pedagógico nos campos educativo e ambiental, anunciando a radicalidade da luta anticapitalista como asas a sinalizar pertencimentos para além do capital” (COSENZA *et al.*, 2020, p. 11).

Acreditamos que esta pesquisa representa um diálogo importante entre os campos da ecologia política e das juventudes, tendo como horizonte a justiça socioambiental e a superação das opressões de cunho étnico-raciais, de gênero, orientação sexual e classe social. Tendo em vista que “qualquer movimento social que se propõe a fazer essas lutas, necessariamente, conecta-se às lutas gerais da classe trabalhadora que é delegada histórica da sustentação do Brasil e de seu desenvolvimento” (GOUVEIA; NAVES; FERNANDES, 2022, p.

89), apostamos que os espaços educacionais, com a luta pela educação libertadora, podem reunir “condições para ser um ambiente de questionamento da realidade com o objetivo de transformá-la para a emancipação dos sujeitos a partir de si mesmos” (GOUVEIA; NAVES; FERNANDES, 2022, p. 90).

Os espaços de educação formal, como a escola e a universidade têm, portanto, papel importante no envolvimento das juventudes com as causas ambientais. Da mesma forma, o estímulo ao contato com ambientes naturais na infância proporcionado pela família pode exercer grande influência nesse encantamento. A inserção das juventudes neste meio dificilmente se dá por uma via única, mas sim por uma pluralidade de formas de organização política, podendo se articular para a superação da crise climática, com perspectivas como veganismo, agroecologia, ecofeminismo e ecossocialismo. Ademais, o ambientalismo está longe de ser monolítico, se constituindo como um campo plural e diverso, assim como as juventudes, na concepção e atuação.

Os movimentos ambientalistas, por reunirem juventudes e diversos setores da classe trabalhadora em um movimento de ação-reflexão com objetivo de transformação social, se constituem, também, enquanto espaços formadores e fazedores de educação ambiental (TREIN, 2012). Visando a promoção de bons encontros, “aqueles provenientes da alegria, que geram fortalecimento emocional e intelectual dos participantes do grupo e alimentam suas autoestimas” (ANDRADE; SORRENTINO, 2013, p. 95), os grupos, coletivos, movimentos e demais formas de organização das juventudes ambientalistas reforçam a sua necessidade e atualidade nas sociedades humanas.

As respostas obtidas no formulário produzido nesta investigação apontam para uma concepção de política que se aproxima da perspectiva de Mesquita, Bonfim, Padilha e Silva, para quem a política pode ser entendida como um “instrumento de transformação social e pessoal a partir de um espaço de disputa em busca da efetivação de direitos que não estão garantidos” (MESQUITA *et al.*, 2016, p. 293). Dialogamos com Santos e Costa-Pinto (2005) e Andrade e Sorrentino (2013) que entendem que a vontade de participar coletivamente para transformar a realidade na direção que se deseja é característica profundamente humana e que a associação de seres humanos em grupos “potencializa o seu direito natural de existir, já

que se unem para suplantar o medo, o ódio e todas as coisas e ou sentimentos que possam trazer sofrimento e reduzi-los ao estado de servidão” (SANTOS; COSTA-PINTO, 2005, p. 298).

Paulo Freire (2000) nos ensina que é preciso que a denúncia das mazelas do mundo esteja associada ao anúncio das bonitezas do que virá, num processo de resgate da utopia revolucionária, aquela que nos move, nos permite caminhar. Tal transformação pode ser percebida tanto na esfera da ciência política, a partir das lutas travadas na sociedade, quanto no aspecto subjetivo, onde, aliado às mudanças na sociedade, ocorrem mudanças no âmbito pessoal, “possibilitando aos jovens a compreensão de seu lugar no mundo enquanto atores sociais” (MESQUITA *et al.*, 2016, p. 293). Neste movimento dialético de imaginar futuros possíveis, ocorre muitas vezes, no seio do movimento, o processo de prefiguração, isto é, a construção de novas possibilidades de convivência interpessoal e em harmonia com o meio ambiente já no tempo presente, enquanto se constrói as condições culturais e materiais para a transformação da sociedade.

As lutas podem se dar nas cidades, nos campos ou nas florestas, nas ocupações, favelas ou aldeias, escolas, universidades ou fábricas. Podem ter uma perspectiva local e global, assumindo, a depender da conjuntura e do espectro ideológico dos envolvidos, uma atuação moderada ou radical. São múltiplas as formas de organização e identificação das juventudes ambientalistas e, uma vez que o objetivo é a transformação das relações sociais e do modo de produção capitalista, o movimento é mais efetivo quando, em um processo de unidade dialética, a prática política alimenta a teoria e a teoria orienta a prática (FREIRE, 2013).

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. [...] O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. (KRENAK, 2019, p.13).

Finalizamos com uma citação de Paulo Leminski, para retomar a ideia de Ailton Krenak sobre “adiar o fim do mundo” a partir de movimentos socioambientais protagonizados pelas juventudes: “quando eu cheguei eles já sabiam de tudo, e o mundo era deles. Só me restava inventar o futuro”.

Referências

ANDRADE, Daniel Fonseca de; SORRENTINO, Marcos. Da gestão ambiental à educação ambiental: as dimensões subjetiva e intersubjetiva nas práticas de educação ambiental. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 8, n. 1, p. 88-98, 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/7796>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento; SANTOS, Matheus Sampaio Favrat dos; LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares. Consumistas ou sujeitos de suas existências? Estratégias e táticas de juventudes da escola pública na cultura do consumo. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 30, n. jan/dez, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/9139>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União, Brasília. 5 ago 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 1 out. 2021.

COSENZA, Angelica; SANCHEZ, Celso; MARCOMIN, Fatima Elizabeti; BARZANO, Marco Antonio Leandro; GUIMARAES, Mauro; SATO, Michèle; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Voos e pousos nas janelas existenciais da Educação Ambiental. **Ambientalmente Sustentable**, v. 27, p. 7-19, 2020. Disponível em: https://revistas.udc.es/index.php/RAS/article/view/ams.2020.27.1.6596/g6596_pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

CRISTO, Hélio Souza de; BARZANO, Marco Antonio Leandro. Socialização política e meio ambiente: considerações acerca do engajamento militante de jovens ambientalistas do Estado da Bahia. **Práxis Educativa**, v. 14, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13514/209209211561>. Acesso em: 29 jan. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 40-52, set.-dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

DAYRELL, Juarez. A Escola "Faz" as Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RTJFy53z5LHTJjFSzq5rCPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2022.

ECHART MUÑOZ, Enara; VILLARREAL VILLAMAR, María del Carmen. **Pacha**: Defendendo a terra. Extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe. Cartilha. Rio de Janeiro: Périplos. 2018. Disponível em: http://www.grisulunirio.com/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha_Final_Internet-Port.pdf. Acesso em: 20 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GLOBAL WITNESS. Nueva información revela que 197 personas defensoras de la tierra y el medio ambiente han sido asesinadas en 2017. *In*: COX, Rachel. **Global Witness**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/blog/nueva-informaci%C3%B3n-revela-que-197-personas-defensoras-de-la-tierra-y-el-medio-ambiente-han-sido-asesinadas-en-2017>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GLOBAL WITNESS. Última línea de defensa. *In*: **Global Witness**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/es/last-line-defence-es/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

GOODSON, Ivor. **Narrativas em Educação**: a vida e a voz dos professores. Coleção Educação e Formação. Porto: Editora Porto, 2015.

GOODSON, Ivor; ROSA, Maria Inês Petrucci. "Oi Iv, como vai? Boa sorte na escola!" notas (auto)biográficas constitutivas da história de vida de um educador. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 13, p. 91-104, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/7506/pdf>. Acesso em: 18 jan.2023.

GOUVEIA, Andréia Barbosa; NAVES, Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca; FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. Paulo Freire, as juventudes e o movimento estudantil: autonomias, movimentos e lutas. *In*: DOURADO, Luiz; ARAÚJO, Heleno; ARAÚJO, Walisson (org.). **Paulo Freire**: atualidade e perspectivas para além da pandemia. [Meio Eletrônico] 2022. p. 84-101. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1q7qmnIjzAFD9i7EZtNpC30OIS4BWgCN/view?usp=sharing> Acesso em: 24 jan. 2022.

JUNIOR, Marcos Aurélio Freire da Silva; TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. Juventude e mudanças climáticas: trajetórias e narrativas das mobilizações no Brasil. **Revista Inter-Legere**, Natal, v. 4, n. 32, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/download/26192/15045/90779>. Acesso em: 17 dez. 2022

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MESQUITA, Marcos Ribeiro; BONFIM, Juliano; PADILHA, Erise; SILVA, Ana Cecília. Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 288-297, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7KqkS7nPLg55HnS46sWRPw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Juventudes e o sentido da política no contemporâneo. **Tópica: Revista de Psicanálise**, v. 10, p. 49-56, 2017. Disponível em:

https://www.gpal.com.br/files/ugd/e4268b_bdff01e491c34a8c9b06075b30906224.pdf?index=true Acesso em: 06 dez. 2022.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

PELOSO, Ranulfo. O Poder Popular. In: **Método de Trabalho de Base e Organização Popular**. São Paulo: Setor de Formação - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009.

Disponível em: <https://osirredentosblog.files.wordpress.com/2018/03/caderno-de-formac3a7c3a3o-mc3a9todo-de-trabalho-de-base-15out09.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SANTOS, Cláudia Coelho; COSTA-PINTO, Alessandra Buonavoglia. Potência de ação. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005. p. 297-302. Disponível em:

<https://www.yumpu.com/pt/document/read/42224086/encontros-e-caminhos-ministerio-do-meio-ambiente>. Acesso em: 18 nov. 2021.

SCHLESENER, Anita Helena; SOUZA, Maria Antonia de; ROSA, Maria Arlete. La cuestión ambiental en el capitalismo de la perspectiva de movimientos sociales. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], p. 95–113, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/9468>. Acesso em: 5 dez. 2022.

SCHWERTNER, Suzana Feldens; FISCHER, Rosa Maria Bueno. Juventudes, conectividades múltiplas e novas temporalidades. **Educação em Revista**, v.28, n.01, p.395-420, 2012.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/QrcDs3KMFwyL4Csb6n8TQLJ/?lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: ANPED, n. 13, jan./abr., 2000, p. 73-94. Disponível em:

<https://ensinosociologia.pimentalab.net/files/2010/09/Sposito2000.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

TREIN, Eunice Schilling. A Educação Ambiental Crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**. v. 7, n. 14, p. 304-318, ago/dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1673>. Acesso em: 29 out. 2021

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17 n. 50 maio-ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/tqdG7b3B787cXjdYvSfLhx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2021.

Submetido em: 18/02/2022

Publicado em: 14/04/2023